

CARLO GINZBURG E O DIALOGISMO: A HISTORIOGRAFIA NO ENCONTRO COM BAKHTIN

Marco Aurélio de Souza¹

RESUMO: Este artigo propõe uma análise da concepção de *dialogismo* e, por decorrência e co-relação, da categoria *texto*, nas reflexões teóricas de Carlo Ginzburg publicada no artigo *O Inquisidor como antropólogo* (1991). Para tanto, tomarei por base os escritos de Mikhail Bakhtin reunidos nos títulos *Estética da Criação Verbal* (2003) e *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (1998), assim como contribuições de pesquisadores de sua obra, buscando identificar o modo como o historiador italiano se apropriou da noção de dialogismo em sua construção teórica, resultando daí uma ideia de texto que sustenta e percorre pelo conceito de História de Ginzburg.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da história; teoria literária; texto; linguagem.

INTRODUÇÃO

Entre os maiores nomes da historiografia contemporânea a nível mundial, penso no nome Carlo Ginzburg. Reconhecido pelo seu trabalho com uma vertente historiográfica denominada “micro-história”, o italiano iniciou sua produção acadêmica em um contexto em que, no domínio dos estudos culturais e das ciências humanas, a tendência majoritária era a de, nas palavras do próprio Ginzburg, “estudar grupos sexuais ou sociais como mulheres e camponeses, normalmente mal representados no que podemos chamar de fontes ‘oficiais’” (GINZBURG, 1991, p. 11). Reflexo dos movimentos de contracultura das décadas de 1950 e, mais precisamente, 1960, as disciplinas humanísticas debruçaram-se sobre novos temas, abriram suas narrativas para novos sujeitos e personagens, priorizaram os grupos “excluídos”.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), atualmente é bolsista capes no Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade, também na UEPG.



Neste espectro, podemos situar importantes obras de Ginzburg, como, por exemplo, o clássico *O Queijo e os Vermes* (GINZBURG, 2006), em que o historiador analisa os processos inquisitoriais movidos contra um moleiro friulano, relacionando sua peculiar visão de mundo e cosmologia com a cultura popular e erudita do século XVI, identificando, amparado no conceito bakhtiniano de “circularidade cultural”, as relações entre classes populares e letradas no início da modernidade europeia.

Do mesmo modo, seu primeiro trabalho publicado em livro, *Os Andarilhos do Bem* (GINZBURG, 2010), faz parte deste projeto de compreender um pouco mais da cultura popular e do cotidiano deste contexto histórico. Neste caso, o foco eram as crenças relativas à feitiçaria e os cultos agrários do século XVI e XVII no Friul – região hoje pertencente à Itália. Refiro-me a este e ao primeiro título não exatamente por conta de suas considerações históricas, mas, sobretudo, interessado em suas derivações teóricas, mais tarde elaboradas pelo autor em artigo intitulado *O Inquisidor como Antropólogo* (GINZBURG, 1991). Este trabalho propõe uma análise da concepção de *dialogismo* e, por decorrência e co-relação, da categoria *texto*, nas reflexões teóricas de Carlo Ginzburg. Para tanto, tomarei por base os escritos de Mikhail Bakhtin reunidos nos títulos *Estética da Criação Verbal* (2003) e *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (1998), assim como contribuições de pesquisadores de sua obra, buscando identificar o modo como o historiador italiano se apropriou da noção de dialogismo em sua construção teórica, resultando daí uma ideia de texto que sustenta e percorre pelo conceito de História de Ginzburg.

O INQUISIDOR COMO ANTROPÓLOGO

O objetivo do artigo *O Inquisidor como Antropólogo*, de Carlo Ginzburg, é tomar a analogia entre as duas atividades como um experimento teórico para pensar a análise de fontes na historiografia e nas ciências humanas em geral. Com muitos anos de estudos e pesquisas relacionadas a processos inquisitoriais, o italiano considerou, naquela ocasião, que:





O desejo de verdade por parte dos inquisidores (a verdade deles, naturalmente) produziu um testemunho extremamente rico para nós – profundamente distorcido, todavia, pelas pressões psicológicas e físicas que representavam um papel tão poderoso nos processos de feitiçaria. (GINZBURG, 1991, p. 12)

Há que se concordar com a afirmação de Ginzburg, e seus próprios trabalhos sobre cultura camponesa nos séculos XVI e XVII no Friul, costurados a partir de documentos desta natureza, apontam nesta direção. Sua reflexão, no entanto, busca situar o leitor em uma trajetória interpretativa de tais documentos na historiografia: durante muito tempo, os processos inquisitoriais eram tomados como fontes escorregadias, que não permitiam o acesso à cultura iletrada e camponesa, já que o filtro dos inquisidores estava sempre presente na materialização dos diálogos e interrogatórios. Eram os inquisidores, evidentemente, que conduziam o caminho das entrevistas.

Convicto do argumento contrário, de que tais documentos nos dão acesso sim à cultura camponesa, popular, iletrada, Ginzburg expõe as bases que o levam a pensar de tal forma. Segundo o próprio, elas são *textuais* (GINZBURG, 1991, p. 13). Neste momento, tem início a discussão que aqui nos interessa. Ginzburg retoma a analogia entre inquisidor e antropólogo e afirma que, em se tratando dos documentos produzidos por um e outro,

Em ambos os casos, nós temos textos que são intrinsecamente *dialógicos* [grifo do autor]. A estrutura dialógica pode ser explícita, como nas séries de questões e respostas que pontuam tanto um processo inquisitorial quanto uma transcrição de conversas entre um antropólogo e seu informante. Mas pode ser também implícita, como em anotações de pesquisa etnográfica de campo descrevendo um ritual, um mito, um instrumento (GINZBURG, 1991, p. 14).

Para o historiador, a essência de uma atitude antropológica – o confronto entre culturas diferentes – repousa sobre bases dialógicas. Neste momento, o leitor familiarizado com a discussão bakhtiniana sobre dialogismo se depara à espera de uma referência ao teórico russo. Ela virá, mas antes, Ginzburg indica outro teórico russo como principal fundamentação para o debate, Roman Jakobson. É apenas após a citação deste que o historiador



resgatará Mikhail Bakhtin, fazendo referência ao seu trabalho de análise com as novelas de Dostoievski, no qual o *elemento dialógico* aparece como fundamental. É com este reconhecimento de *textos dialógicos*, inspirado no trabalho de Bakhtin, que Ginzburg estabelecerá ligação com a análise dos processos da Inquisição.

Para o historiador, a desigualdade de posições na conversação entre inquisidor e réu é o que explica a disposição *monológica* de alguns dos processos, nos quais a voz do réu é apenas o eco da voz dos inquisidores. Eles respondem aquilo que o inquisidor quer ouvir. Em casos excepcionais, contudo, podemos ouvir diferentes vozes num mesmo processo, vozes conflitantes, inclusive. As descrições das batalhas noturnas dos *benandanti*, estudadas pelo autor em *Andarilhos do bem*, eram tomadas pelos inquisidores como uma descrição disfarçada do sabá das bruxas, por desconhecimento dos próprios inquisidores, que não estavam familiarizados com tais histórias e as interpretavam em um filtro comum. Assim, processos dialógicos, já que permeados por vozes que podem ser separadas umas das outras, com algum grau seguro de nitidez e objetividade. E aí, portanto, encontramos a percepção de Ginzburg acerca da noção de dialogismo.

Para ele, a analogia entre o inquisidor e o antropólogo pode ser estendida também para seu próprio trabalho (e dos historiadores em geral), na medida em que, quando inquisidores desconhecem as realidades relatadas pelos réus, traduzem-nas para uma linguagem comum, situando-as em seus próprios contextos interpretativos – o mesmo trabalho sendo verificado nas interpretações históricas, que traduzem o passado para termos do presente. No entanto, continua, o trabalho do historiador será mais ou menos dificultado pelo grau de compreensão e/ou familiaridade que os próprios inquisidores tiveram com as vozes dos réus:

Num certo sentido, a nossa tarefa é muito mais fácil quando os inquisidores não entenderam – como nos caso dos *benandanti*. Quando eles foram mais perceptivos, o processo perdeu (pelo menos numa certa medida) os seus elementos dialógicos. Neste último caso nós encaramos o testemunho como menos valioso, menos puro (GINZBURG, 1991, p. 18).





Veremos a seguir considerações bakhtinianas que embasam e podem sustentar a visão do historiador acerca da noção de dialogismo e o modo como tal conceito se aplica às fontes e interpretações historiográficas. Dando um passo adiante, este trabalho buscará uma concepção de dialogismo mais ampla, igualmente calcada na teoria de Bakhtin, e, com ela, discutirá as conseqüências possíveis de uma inclusão teórica desta concepção na historiografia, admitindo, portanto, que Ginzburg realiza um encontro produtivo com a obra de Bakhtin, mas hesita em sua leitura bakhtiniana voltada à história no intuito de preservar alguns pilares construídos e pouco questionados da historiografia.

DIALOGISMO EM BAKHTIN, BREVES APONTAMENTOS

Adail Sobral distingue três maneiras pelas quais a noção de dialogismo se faz presente na obra de Bakhtin. Da mais geral para a mais particular, são elas:

- a) como princípio geral do agir – só se age em relação de contraste com relação a outros atos de outros sujeitos: o vir-a-ser, do indivíduo e do sentido, está fundado na diferença;
- b) como princípio da produção dos enunciados /discursos, que advêm de “diálogos” retrospectivos e prospectivos com outros enunciados/discursos;
- c) como forma específica de composição de enunciado/discurso, opondo-se nesse caso à forma de composição monológica, embora nenhum enunciado/discurso seja constitutivamente monológico nas duas outras acepções do conceito. (SOBRAL, 2010, p. 106)

É comum nos depararmos com análises literárias nas quais os autores fazem menção a Bakhtin diferindo a poesia (como construção monológica), do romance (em princípio, dialógico). Elas sustentam seus argumentos, sobretudo, na terceira acepção de dialogismo apresentada por Sobral – a mais particular. O dialogismo, neste caso, é um elemento a ser verificado, uma característica de diferentes composições textuais, e o romance, para Bakhtin, seria o gênero



literário mais aberto a estes elementos. É na prosa romanesca que a polifonia, conceito derivado da noção de dialogismo, se verifica: não é possível falar de uma voz única e absoluta na obra de Dostoievski, por exemplo. Assim, enquanto o “prosador não purifica seus discursos das intenções e tons de outrem” (BAKHTIN, 1998, p. 104), o mundo da poesia e dos poetas, “porquanto mundo de contradições e de conflitos desesperados, sempre é interpretado por um discurso único e incontestável” (BAKHTIN, 1998, p. 94).

É possível perceber, através do já dito na seção anterior, que é este o viés de Carlo Ginzburg ao se apropriar deste conceito. Quando o italiano, portanto, aponta para um conjunto de processos inquisitoriais dialógicos, em oposição a outro conjunto monológico, o historiador se utiliza de um índice analítico utilizado por Bakhtin para entender o modo de funcionamento do romance – que, segundo o próprio teórico russo, não se enquadrava nas poéticas correntes dos estudos da linguagem do século XIX.

Contudo, mesmo quando tomamos o dialogismo como elemento textual, isto não significa, como veremos, que a linguagem da poesia seja monológica em princípio – se levarmos em consideração o caráter dialógico constitutivo de toda linguagem, que pode ser apreendido de muitas reflexões bakhtinianas – mas sim que a materialidade textual pode fazer emergir ou não as marcas do dialogismo numa determinada composição ou artefato linguístico. São estas marcas dialógicas que Ginzburg procura nos processos que analisa. Sua abordagem limitada do conceito serve como método para a pesquisa historiográfica, contudo, empobrece teoricamente a historiografia.

Assim, ao observar a lacuna teórica do artigo de Ginzburg, intrigou-me a ausência de um debate mais aprofundado acerca de tal noção conceitual. O objetivo deste trabalho, no entanto, não é encontrar equívocos interpretativos nas considerações teóricas de Ginzburg, mas sim realizar um exercício de pensamento visando compreender a escolha do historiador italiano. Teria o princípio geral de dialogismo, mais amplo e filosófico, alguma consequência prática para a historiografia? O quê justifica sua omissão na discussão de Ginzburg?





Entender o dialogismo enquanto princípio constitutivo da linguagem, em Bakhtin, passa pelo debate do complexo processo de comunicação humana. Para o russo, a “compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (...); toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz” (BAKHTIN, 2003, p. 290). Quer dizer, a separação entre ouvinte e locutor é, ela mesma, meramente metodológica, já que nunca há um locutor que não seja ele um ouvinte e vice-versa. Ainda que seja através do silêncio, sempre haverá uma resposta ao enunciado. O enunciado está dentro de um elo que o precede e o contamina de tal forma que é preciso considerar que:

O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação... (BAKHTIN, 2003, p. 291)

Este raciocínio, voltado à categoria de texto, permite-nos pensar a intertextualidade como princípio de toda produção textual. De fato, mesmo nos lugares em que faltam as marcas intertextuais (referências explícitas, por exemplo), sobram as relações submersas e escondidas que todo texto necessita para sua própria construção. Nenhum escritor rompe o silêncio e cria o texto puro, cada texto é parte de um elo e de uma cadeia de outros textos.

Tal linha de pensamento não seria problemática para um campo de conhecimento como a historiografia, não fossem suas implicações no que se refere à ideia de contexto, basilar nos estudos históricos convencionais. O escoamento da linguagem, que está sempre vazando para outros lugares de enunciação, tumultua nossa forma de conceber qualquer artefato linguístico. Nos estudos históricos, em sua maioria, o procedimento tradicional para a interpretação das fontes é o estabelecimento de uma relação com um determinado contexto social. Os historiadores, via de regra, consideram o contexto como um dado que deve ser encontrado. Desconsideram, portanto, o



caráter arbitrário de suas próprias escolhas. O contexto é, ele também, formado por textos que informam o leitor sobre determinados eventos e dados do passado. Quem escolhe os textos que compõem o contexto a ser utilizado é o próprio pesquisador que os enuncia. Tal escolha passa por inúmeras variáveis, que nos levam a pensar que tal processo se configura, antes de tudo, como uma invenção do contexto.

Pensar teoricamente o dialogismo, contudo, leva-nos também a considerarmos que, dentro de tal cadeia enunciativa, pensar um contexto é nada mais que pensar um agenciamento de textos históricos que completam um quebra-cabeça narrativo. As peças utilizadas podem variar em diversos graus. Mais ainda, o passado em si está nublado pelo número abundante de textos que precedem uns aos outros, num túnel sem luz de saída. O passado, portanto, e a história “em si”, são opacos. Há apenas a historiografia, imbuída da ambigüidade inevitável de sua linguagem, informando-nos sobre o sucedido.

Tal forma de pensar o estudo histórico implica numa decisão teórica de grande relevância: que objeto será o foco de estudo? Carlo Ginzburg, limitando a noção de dialogismo, limita também a categoria de texto, pois é através dele que o passado será escrito, como uma janela para aquilo que já passou. Se explorasse tal noção até seus limites poderia, quem sabe, pensar o texto em sua complexidade, vendo-o não como uma abertura para o real, mas sim como um mosaico infinito de possibilidade, nas quais cabe ao historiador trabalhar e criar. O passado como constructo, a história como uma invenção pautada em combinações múltiplas de outras histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei demonstrar como um historiador do porte de Carlo Ginzburg, reconhecido por sua erudição e sensibilidade literária, ao tratar de seu trabalho teoricamente, utiliza-se da noção de dialogismo de forma limitada, visando uma metodologia que não coloque em tensão uma tradição estabelecida de pensamento histórico. Analisando um texto exemplar neste sentido, busco em Bakhtin suas contribuições para um conceito de dialogismo abrangente e complexo, entendido como princípio constitutivo da linguagem. Partindo deste





ponto, procuro debater as implicações que este conceito, bem como a derivação depreendida – necessário dizer, não formulada propriamente por Bakhtin –, a intertextualidade, podem trazer ao fazer e pensar historiográfico.

Tradicionalmente, pensamos a disciplina de História como uma área de conhecimento em que o passado nos é revelado. Esquecemos que o passado e a história são coisas diferentes. O conceito de dialogismo, com suas implicações na forma de conceber a categoria de texto, empurra-nos para a consideração de que quando estudamos história estamos sempre tratando de sua grafia. Ela é maleável, estabelece pontes com sentidos diversos e inúmeros, e não pode se desvincular da ambiguidade da linguagem, pois são ambas, história e linguagem, indissociáveis.

Quando um professor de história promove determinado estudo com seus alunos, digamos, sobre a Idade Média, não é do passado propriamente dito que está tratando. Estuda-se, antes de mais nada, um texto que se refere a Idade Média. Entender a historiografia de tal modo requer uma guinada teórica visando a forma como se escreve sobre o passado, sabendo que não são apenas as fontes e registros históricos que conformam uma narrativa, mas que a subjetividade do historiador surte tanto efeito no seu produto final (o texto histórico) quanto os dados que analisa. Nas palavras de Keith Jenkins, historiador ciente dos problemas teóricos da disciplina:

Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado (ou seja, que travamos conhecimento do mundo ou do passado e então inventamos narrativas sobre ele), mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a “realidade”. (JENKINS, 2009, p. 28)

Pensar a História de tal modo requer uma atitude por parte dos historiadores: eles precisam, então, estarem preparados para a análise crítica de suas próprias narrativas em termos diferentes daqueles que usualmente utilizam. Não basta a preocupação com a verdade dos documentos.



Imprescindível, igualmente, o senso estético e o domínio sobre os recursos linguísticos e retóricos utilizados para expressar uma ideia sobre o passado.

E como então pensar no acabamento estético de um discurso que é composto por inúmeras vozes, radicalmente intertextual, atravessado por incontáveis contribuições alheias? Novamente, Bakhtin pode nos auxiliar:

Entre o discurso e o objeto, entre ele e a personalidade do falante interpõe-se um meio flexível, frequentemente difícil de ser penetrado, de discursos de outrem, de discursos “alheios” sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. E é particularmente no processo da mútua-interação existente com este meio específico que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente. (BAKHTIN, 1998, p. 86)

Aí, portanto, residindo o papel da criatividade do historiador, bem como o lado menos requisitado de seu pêndulo: a arte enquanto conhecimento legítimo do mundo.

CARLO GINZBURG AND THE DIALOGISM: HISTORIOGRAPHY MEETING BAKHTIN

Abstract

This article aims at analyzing the concept of *dialogism* and, consequently, the category of *text*, in Carlo Ginzburg's theory published in the article *O Inquisidor como antropólogo* (1991). To doing so, I will base myself on Mikhail Bakhtin's writings in *Estética da Criação Verbal* (2003) and *Questões de literatura e estética: a teoria do romance* (1998), and on researchers of Bakhtin's theory, trying to identify how the Italian historian used the concept of dialogism in his theoretical construction, creating an idea of text that supports and follows the concept of History in Ginzburg.

Keywords: theory of history; literary theory; text; language.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.





GINZBURG, C. *O inquisidor como antropólogo*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 1, nº 21, pp. 09-20, set. 1990/fev. 1991.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JENKINS, K. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOBRAL, A. *Ético e estético na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas*. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 103-122.